Maxi educa

500 QUESTÕES

PC-AP

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL



CADERNO DE TREINAMENTO

QUESTÕES GABARITADAS

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

PC - AP

500 Questões Gabaritadas
Delegado de Polícia Civil

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 13

DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

DIREITO CIVIL / EMPRESARIAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

DIREITO AMBIENTAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

MEDICINA LEGAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 13

CRIMINOLOGIA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

HISTÓRIA DO AMAPÁ
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 11

GEOGRAFIA DO AMAPÁ
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 11

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 11

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CESGRANRIO - 2023)

Um administrador de empresas exerce cargo comissionado em determinado órgão público que está assoberbado de requerimentos com pleitos diversos. Com o intuito de resolver o problema, cria sistema de metas, com prêmios de produtividade, buscando respaldo em autorização normativa recentemente aprovada. No caso em tela, está sendo realizado o princípio, aplicável à administração pública, da

(A) moralidade

(B) publicidade

(C) eficiência

(D) organização

(E) solidariedade

2. (CESGRANRIO - 2024)

Não vislumbrando riscos aparentes na obra de reforma de uma agência bancária, o engenheiro de uma instituição federal, em visita técnica ao local, a fim de agilizar o cronograma de execução da obra e reduzir custos, resolve dispensar os operários de utilizar os equipamentos obrigatórios de segurança, em razão do enorme calor que assolava o bairro e atrasava sobremaneira o andamento dos trabalhos.

De acordo com os princípios da Administração Pública, a conduta do engenheiro

(A) está em conformidade com o princípio da eficiência.

(B) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.

(C) viola o princípio da hierarquia.

(D) viola o princípio da impessoalidade.

(E) viola o princípio da legalidade.

3. (CESGRANRIO - 2024)

Ao visualizar um amigo de infância na longa fila dos guichês de atendimento na agência bancária, um técnico bancário que realizava atendimentos por ordem de senhas pede que seu amigo ultrapasse os demais clientes para que seja desde logo atendido. De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública, o comportamento do técnico bancário

(A) viola o princípio da publicidade.

(B) viola o princípio da moralidade.

(C) viola o princípio da hierarquia.

(D) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.

(E) está em conformidade com o princípio da eficiência

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2022)

Tendo em vista que as características de sistemas de governo, formas de governo e formas de Estado se entrelaçam e geram combinações bastante conhecidas entre as nações ocidentais, assinale a opção correta a esse respeito.

(A) O parlamentarismo está atrelado a regimes republicanos com a participação da população na escolha do chefe de governo.

(B) O semipresidencialismo une características do presidencialismo e do parlamentarismo; por isso, nesse sistema, o presidente é eleito pelo povo em caráter simbólico e com poderes limitados.

(C) No presidencialismo, ocorre o acúmulo das funções de chefe de Estado e de chefe de governo em um único indivíduo.

(D) No parlamentarismo, o chefe de Estado pode dissolver o parlamento, bem como nomear e demitir o primeiro-ministro.

(E) No presidencialismo, o Poder Executivo é legitimado pelo Poder Legislativo.

2. (2023)

Considere que no âmbito de um determinado Estado foi criada uma nova constituição exclusivamente para beneficiar os detentores do poder, com o fim de eternizar o domínio dos detentores, não servindo como instrumento de limitação de poder.

Nesse caso, pode-se classificar a constituição como

(A) semântica.

(B) normativa.

(C) nominal.

(D) plástica.

(E) nominativa.

3. (2022)

Exclusivamente nos termos do art. 5º, XLIII da CF/88, são insuscetíveis de graça ou anistia

(A) os crimes hediondos, apenas.

(B) os crimes de preconceito e os crimes ambientais.

(C) os crimes praticados com violência contra a mulher em razão da condição de gênero.

(D) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

(E) a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2022)

Referente ao princípio da insignificância, assinale a alternativa correta.

(A) Não se admite o reconhecimento do princípio da insignificância ao crime de furto de energia elétrica.

(B) Admite-se a incidência do princípio da insignificância na conduta de uso de atestado médico falso.

(C) Não se admite a incidência do princípio da insignificância aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento.

(D) Admite-se a incidência do princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

(E) Não se admite a incidência do princípio da insignificância à conduta de pescar durante o período em que a pesca seja proibida.

2. (2022)

A respeito da aplicação da lei penal, assinale a opção cor**reta.**

(A) É possível a aplicação combinada de leis, com vistas à aplicação do resultado mais benéfico ao acusado, desde que ao fato típico sobrevenha lei com algumas disposições mais favoráveis ao réu.

(B) Para fins de definição da aplicação de lei penal no tempo, deve ser considerado o momento da ação ou omissão, e não o momento do resultado.

(C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena, ainda que se mantenham os efeitos penais secundários da sentença condenatória.

(D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado antes ou depois de sua vigência.

(E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

3. (2026)

Rogério, três dias antes de completar dezoito anos de idade, em uma festa escolar, após o consumo de grande quantidade de bebida alcoólica e o consumo voluntário de drogas ilícitas, com a intenção de matar, efetua diversos golpes de faca contra a sua namorada, Sheila, 16 anos de idade. Sheila é imediatamente socorrida pela Direção da Escola e levada ao hospital da cidade. A vítima é submetida a cirurgia de emergência e, após três meses internada, não resiste aos ferimentos e falece. Diante do exposto, assinale a opção correta.

(A) Rogério praticou crime de homicídio, tendo em vista que quando a vítima faleceu já era maior de dezoito anos e, portanto, penalmente imputável.

(B) Rogério não praticou crime, tendo em vista que quando efetuou os golpes de faca era menor de dezoito anos e, portanto, penalmente inimputável.

(C) Rogério praticou crime de homicídio, tendo em vista a adoção, pelo Código Penal, quanto ao tempo do crime, da teoria do resultado.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2023)

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **correta.**

(A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.

(B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.

(C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.

(D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.

(E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

2. (2026)

Tício, cidadão estrangeiro, foi denunciado pela prática de crime de estelionato cometido em janeiro de 2024, a bordo de embarcação mercante privada estrangeira atracada em porto brasileiro. Durante o curso do processo, em março de 2024, entrou em vigor nova lei que alterou o Código de Processo Penal, modificando o rito de contagem dos prazos para apresentação da resposta à acusação, tornando-o mais célere, embora mantido o prazo de 10 dias.

Considerando as regras de aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a afirmativa correta.

(A) A nova lei não poderá ser aplicada ao processo de Tício, uma vez que o crime foi cometido antes de sua vigência, devendo-se respeitar o princípio da irretroatividade da lei mais gravosa.

(B) A lei processual penal brasileira será aplicada ao caso, ainda que o crime tenha sido cometido por um estrangeiro a bordo de uma embarcação mercante privada estrangeira atracada em porto brasileiro.

(C) A nova lei processual penal será aplicada imediatamente ao processo de Tício, mas todos os atos processuais realizados sob a vigência da lei anterior deverão ser repetidos para garantir a unidade do rito.

(D) Em matéria de lei processual no tempo, adota-se o sistema da unidade, o que impede a aplicação de leis novas em processos já iniciados.

(E) Caso o crime tivesse sido praticado por um diplomata estrangeiro em solo brasileiro, a lei processual penal brasileira seria aplicada de forma absoluta, sem qualquer exceção, em virtude do princípio da territorialidade.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2025)

Carlos Barbosa demonstrou grande maturidade pela intenção de iniciar um curso técnico em outra cidade, o que exigiria maior autonomia. Seus pais desejam emancipá-lo.

Assinale a opção que apresenta corretamente os requisitos necessários para a emancipação voluntária.

(A) Deve ser realizada por escritura pública, desde que o adolescente tenha completado doze anos.

(B) Carlos Barbosa deve ter, pelo menos, dezesseis anos, e a concessão dos pais deve ocorrer mediante escritura pública.

(C) Para a emancipação voluntária, o adolescente deve concordar expressamente, devendo haver a intervenção do Ministério Público.

(D) A emancipação voluntária exige autorização judicial, por meio de procedimento de jurisdição voluntária, com anuência dos pais.

(E) A idade mínima de quatorze anos e a concessão dos pais são requisitos necessários para a emancipação.

2. (2025)

Durante o trâmite de uma ação de alimentos promovida em nome de um nascituro, representado por sua genitora, o pai biológico faleceu subitamente em um acidente de carro, juntamente com seu irmão. Não foi possível apurar qual dos dois faleceu primeiro. O pai tinha, ao falecer, 17 anos e era emancipado judicialmente por concessão dos pais, pois havia iniciado uma empresa com recursos próprios.

Durante o inventário, um terceiro interessado impugnou a legitimidade do nascituro para figurar como herdeiro, argumentando que este ainda não tem personalidade jurídica.

Diante desse cenário, considerando os dispositivos do Código Civil Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

(A) O nascituro não possui personalidade jurídica e, portanto, não tem legitimidade para figurar como herdeiro, podendo apenas receber benefícios por testamento, se houver disposição expressa.

(B) A emancipação concedida judicialmente ao pai do nascituro é nula, pois menores de 18 anos não podem exercer atividade empresarial, sendo absolutamente incapazes para os atos da vida civil.

(C) Como não foi possível apurar a ordem de falecimento entre os irmãos, presume-se que o irmão do falecido é o único herdeiro legítimo, pois o nascituro não detém personalidade jurídica plena.

(D) O nascituro, embora ainda não tenha personalidade jurídica plena, tem direitos resguardados desde a concepção, incluindo o direito à herança, desde que venha a nascer com vida.

(E) O pai do nascituro, mesmo emancipado, continuava relativamente incapaz, sendo necessária a assistência de seus genitores em todos os atos jurídicos, inclusive no reconhecimento de paternidade.

3. (2025)

Considerando o vigente art. 3º do CC/2002, nos termos da alteração realizada pela Lei n.º 13.146 de 2015, absolutamente incapazes serão os:

(A) menores de 16 (dezesseis) anos

(B) menores de 18 (dezoito) anos

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2024)

Julgue os seguintes itens, relativos a tributos.

I Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II Imposto é uma espécie de tributo que tem como fato gerador uma atuação estatal específica, diretamente referida ao contribuinte.

III Taxa é uma espécie de tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas o item III está certo.

(D) Apenas os itens I e II estão certos.

(E) Apenas os itens I e III estão certos.

2. (2025)

Um estudante de contabilidade, ao iniciar seus estudos em Direito Tributário, depara-se com o conceito fundamental de tributo. Para uma compreensão precisa, ele busca a definição legal contida no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).

De acordo com esse diploma legal, assinale a opção que define corretamente o tributo.

(A) Tributo é toda prestação pecuniária voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por meio de medida provisória e cobrada mediante atividade administrativa com alguma discricionariedade.

(B) Tributo é toda sanção de ato ilícito, cobrada compulsoriamente em bens ou serviços, instituída em lei e aplicada com base em decisões discricionárias da administração pública.

(C) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em bens ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por qualquer ato normativo e cobrada mediante atividade administrativa parcialmente vinculada.

(D) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2023)

A sociedade empresária Alfa requereu licença ambiental para empreendimento consistente em indústria de cimento que gera materiais particulados, que se instalaria em determinada zona industrial já saturada. Durante o processo de licenciamento ambiental, restou comprovado que o projeto apresentado comprometeria a capacidade de suporte da área, causando grave poluição atmosférica.

Diante dos riscos e impactos já de antemão conhecidos, o órgão ambiental licenciador indeferiu o pedido de licença.

Assinale a opção que indica o princípio específico que embasou a decisão de negar a licença ambiental.

(A) Precaução, que requer certeza científica conclusiva e segura sobre os impactos ambientais.

(B) Prevenção, em que o risco é previamente conhecido e existe certeza a respeito da sua ocorrência.

(C) Desenvolvimento sustentável, que se relaciona à informação científica inconclusiva quanto aos danos ambientais a serem causados.

(D) Poluidor-pagador, que evidenciou que o perigo de dano ambiental era certo com elementos seguros para concluir que a atividade é efetivamente perigosa.

2. (2025)

Norma municipal que obriga, no âmbito da circunscrição do respectivo município, a substituição de sacolas plásticas por sacolas biodegradáveis obedece ao critério da competência ambiental

(A) legislativa comum.

(B) legislativa privativa.

(C) administrativa suplementar.

(D) legislativa suplementar.

(E) administrativa concorrente.

3. (2023)

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, poluidor e poluição são definidos, respectivamente, como

(A) a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população e criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, exclusivamente.

(B) a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, afetem desfavoravelmente a biota e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2023)

Em relação aos peritos e às perícias realizadas em âmbito criminal, é correto afirmar que:

(A) o perito oficial é aquele nomeado e de confiança do juízo.

(B) o documento que cristaliza uma perícia é denominado de parecer.

(C) o assistente técnico participa da produção de provas.

(D) o perito oficial também poderá atuar como assistente técnico da acusação.

(E) os peritos nomeados pelo juízo na área criminal são uma exceção.

2. (2025)

Em medicina legal e nas ciências forenses, o exame de corpo de delito

(A) é de competência privativa do perito oficial em qualquer foro — penal, cível ou administrativo.

(B) deve ser feito em dia e local previamente determinados.

(C) tem como objetivo a análise de qualquer objeto encontrado no local de um crime.

(D) tem como objetivo a análise do conjunto de vestígios materiais resultantes de um crime.

(E) é o exame necessariamente realizado no corpo da vítima de um crime.

3. (2024)

Pode se considerar cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Uma das etapas mais importantes da cadeia de custódia em local de crime é a de fixação. Nessa etapa, o(s) profissional(is) da segurança pública pode(m) utilizar diferentes métodos para prover a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento. São opções que podem ser empregadas na etapa de fixação:

I. fotografias;

II. filmagens;

III. croquis.

Está(ão) correta(s):

(A) I, II e III.

(B) apenas I e III.

(C) apenas I e II.

(D) apenas II e III.

(E) apenas I.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2022)

Assinale a opção correta acerca da criminologia e de seus métodos.

(A) Na análise do fenômeno criminal, é preferível a abordagem multidisciplinar, que apresenta visões independentes e distintas de um mesmo problema e que é mais ampla que o método interdisciplinar.

(B) A criminologia usa o método dedutivo, partindo de premissas genéricas para fazer inferências.

(C) A criminologia é uma ciência cultural, do dever-ser.

(D) No método criminológico, os fatos se sobrepõem a argumentos subjetivos de autoridade.

(E) O método experimental confunde-se com o método empírico

2. (2022)

Considerando que as Ciências Criminais são alicerçadas triplamente pela Criminologia e pelo Direito Penal, sendo a Política Criminal a vinculação entre ambos, é correto afirmar que

(A) a Criminologia é uma ciência empírica, de caráter preventivo.

(B) não é papel do Estado a realização de políticas públicas de segurança.

(C) o Direito Penal é uma ciência empírica, de caráter unicamente retributivo.

(D) a polícia judiciária atua de forma preventiva, antes da ocorrência da infração penal.

(E) não é objetivo da Política Criminal a implementação de medidas de combate à violência, tampouco o aprimoramento do sistema de segurança pública.

3. (2022)

A criminalização

(A) primária aumenta o poder das agências judiciais do sistema jurídico-penal, inclusive seu poder punitivo subterrâneo.

(B) primária é exercida por agências políticas que nunca sabem a quem caberá de fato, individual e concretamente, a seleção que habilitam.

(C) secundária é quase um pretexto para que agências judiciais exerçam um formidável controle configurador positivo da vida social.

(D) secundária é exercida por agências com ampla capacidade operacional e sua contenção desemboca em uma utopia negativa.

(E) primária é um programa que a lógica neoliberal pretende efetivar em toda a sua extensão.

4. (2022)

Com relação ao objeto da criminologia, é correto afirmar que atualmente ele está dividido nas seguintes vertentes:

(A) controle social, governo, delito e delinquente.

(B) delinquente, governo, vítima e prevenção criminal.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2026)

Antes da chegada dos europeus à região correspondente ao atual Amapá, diferentes povos indígenas já ocupavam a área compreendida entre o baixo curso do rio Amazonas e o rio Oiapoque. Considerando as características dessa ocupação pré-colonial, assinale a alternativa correta.

(A) As populações indígenas organizavam-se em aldeias distribuídas ao longo dos rios, igarapés e da costa atlântica, praticando agricultura, pesca, coleta, caça e mantendo redes de troca entre litoral e interior.

(B) A ocupação indígena concentrava-se exclusivamente na costa atlântica, pois os rios amazônicos eram evitados como vias de deslocamento.

(C) Os povos indígenas dependiam essencialmente de produtos obtidos por comércio com navegadores europeus.

(D) A região apresentava baixa diversidade cultural e linguística, sendo ocupada por apenas um grande grupo indígena.

(E) As populações pré-coloniais desconheciam técnicas agrícolas e viviam exclusivamente da caça.

2. (2026)

Entre os povos historicamente associados ao território amapaense, encontram-se grupos que desapareceram enquanto unidades étnicas autônomas e outros que permanecem presentes na região. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) Os Palikur desapareceram completamente antes do contato europeu.

(B) Os Aruã constituem atualmente o grupo indígena predominante do extremo norte amapaense.

(C) Os Palikur permanecem presentes no extremo norte do Amapá, enquanto Aruã, Maracá-Cunani e Tucujú são mencionados como grupos extintos enquanto unidades étnicas diferenciadas.

(D) Os Tucujú e os Maracá-Cunani são atualmente os únicos povos indígenas presentes no estado.

(E) Todos os grupos citados permanecem organizados como unidades étnicas autônomas.

3. (2026)

A diversidade linguística existente entre as populações indígenas historicamente relacionadas ao Amapá evidencia conexões culturais de longa duração. Os povos mencionados no material vinculam-se principalmente

(A) aos troncos tupi e macro-jê.

(B) aos troncos aruaque e caribe.

(C) exclusivamente ao tronco tupi-guarani.

(D) aos troncos pano e tucano.

(E) exclusivamente a línguas de origem andina.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Geografia do Amapá

1. (2026)

A localização geográfica do Amapá confere ao estado características territoriais singulares no contexto brasileiro. Considerando seus limites e sua posição no extremo norte da Região Norte, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá faz fronteira com o Pará a oeste e ao sul, com a Guiana Francesa ao norte e com o Suriname a noroeste, além de ser banhado pelo oceano Atlântico e pela foz do rio Amazonas a leste.

(B) O Amapá limita-se exclusivamente com o Pará em território brasileiro e com a Venezuela ao norte, não possuindo contato com o oceano Atlântico.

(C) O território amapaense apresenta fronteira internacional somente com o Suriname e está separado da Guiana Francesa pelo estado do Pará.

(D) A posição do Amapá é exclusivamente continental, pois o estado não apresenta litoral nem contato direto com grandes sistemas fluviais.

(E) O estado limita-se ao sul com o Amazonas, a oeste com o Pará e ao norte exclusivamente com a Guiana Francesa.

2. (2026)

Um dos elementos geográficos e simbólicos mais conhecidos da capital amapaense está relacionado à posição do estado em relação às linhas imaginárias do planeta. Sobre essa característica de Macapá, assinale a alternativa correta.

(A) O Trópico de Capricórnio atravessa a região central de Macapá e é assinalado por um monumento construído em 1994.

(B) A linha do Equador atravessa Macapá e é assinalada pelo Marco Zero do Equador, monumento cuja estrutura permite observar fenômenos relacionados à incidência solar nos equinócios.

(C) O meridiano de Greenwich atravessa Macapá, explicando a instalação do principal observatório astronômico brasileiro na cidade.

(D) A linha internacional de mudança de data atravessa a capital amapaense, dividindo a cidade entre dois dias diferentes.

(E) O Trópico de Câncer atravessa Macapá e determina a ocorrência de quatro estações climáticas bem definidas.

3. (2026)

A organização territorial do Amapá passou por transformações relacionadas tanto à criação de municípios quanto aos critérios de regionalização empregados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá possui atualmente vinte municípios, configuração territorial estabelecida em 2017.

(B) A configuração atual foi concluída em 2002, com a criação do município de Oiapoque.

(C) O estado possui dezesseis municípios, configuração consolidada desde 1994, quando a criação de Vitória do Jari completou sua atual divisão municipal.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2026)

De acordo com o art. 1º da Lei nº 14.735/2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, a natureza institucional das polícias civis e sua importância para o sistema de justiça e segurança pública são expressamente definidas. Considerando essa disposição, assinale a alternativa correta.

(A) As polícias civis são instituições temporárias destinadas principalmente ao policiamento ostensivo dos Estados.

(B) As polícias civis exercem funções auxiliares de segurança pública, subordinadas funcionalmente às polícias militares.

(C) As polícias civis são instituições permanentes, com funções exclusivas e típicas de Estado, essenciais à justiça criminal e imprescindíveis à segurança pública e à garantia dos direitos fundamentais no âmbito da investigação criminal.

(D) As polícias civis são órgãos exclusivamente administrativos destinados ao gerenciamento dos estabelecimentos penais.

(E) As polícias civis possuem competência prioritária para apurar infrações penais militares.

2. (2026)

A Lei nº 14.735/2023, em seu art. 2º, estabelece a posição institucional das polícias civis dentro da estrutura nacional e regional de segurança pública. Segundo o dispositivo, as polícias civis

(A) são integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e compõem o sistema de governança da política de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(B) integram exclusivamente o sistema estadual de justiça criminal, sem participação no Susp.

(C) subordinam-se administrativamente à Polícia Federal para execução das atividades investigativas.

(D) compõem exclusivamente o sistema penitenciário dos Estados e do Distrito Federal.

(E) possuem participação facultativa no Sistema Único de Segurança Pública.

3. (2026)

O art. 3º da Lei nº 14.735/2023 determina matérias que devem ser disciplinadas pelas leis orgânicas das polícias civis dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, observadas as normas gerais nacionais. Entre essas matérias encontra-se

(A) exclusivamente a definição do quantitativo anual de prisões a serem realizadas.

(B) somente a regulamentação dos procedimentos administrativos de aquisição de equipamentos.

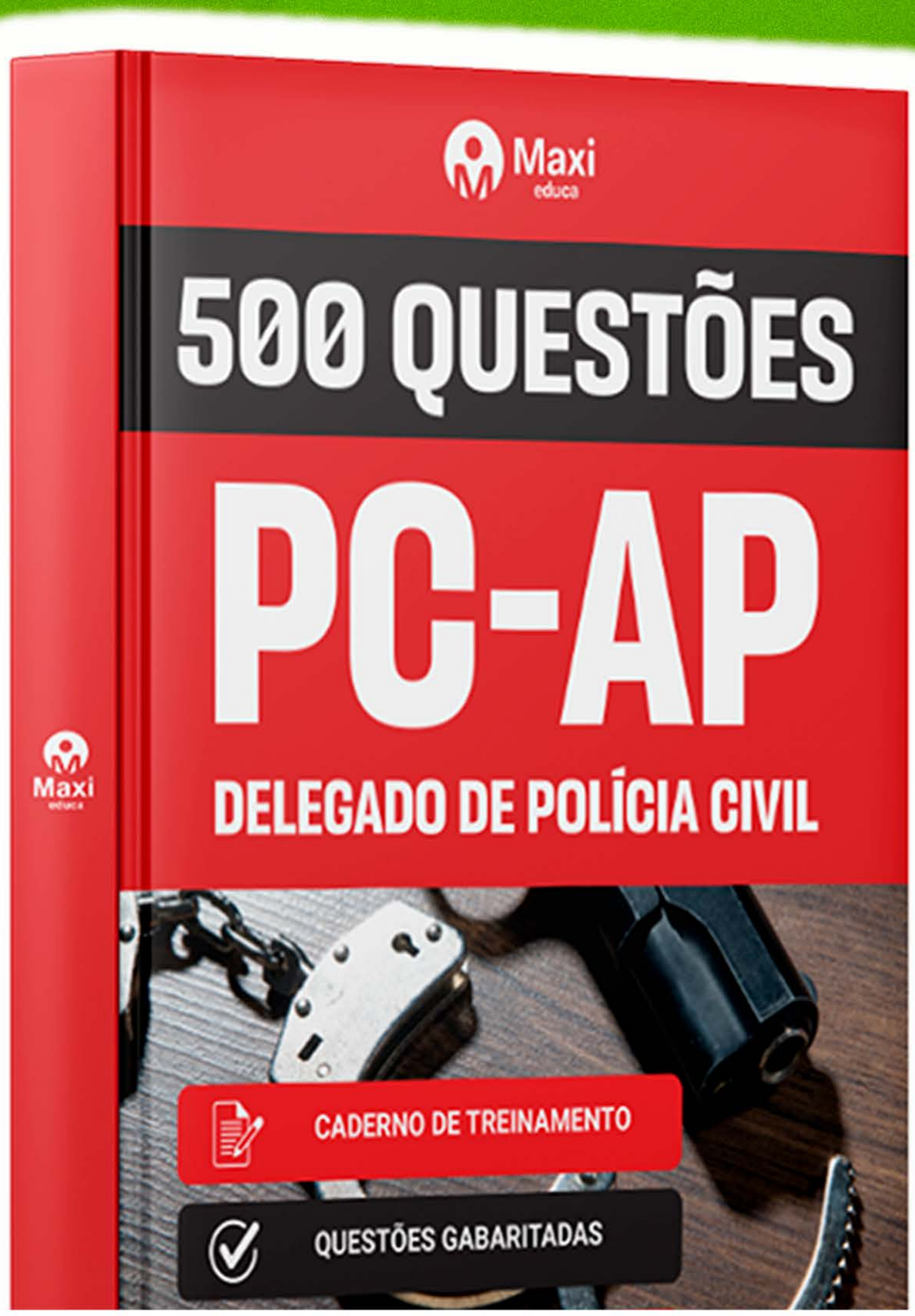
(C) exclusivamente a elaboração das políticas penitenciárias estaduais.

(D) apenas a organização dos órgãos responsáveis pelo policiamento ostensivo.

(E) a estrutura, a organização, as competências específicas e o funcionamento das unidades, bem como requisitos para investidura, atribuições dos cargos, direitos, deveres, garantias e vedações.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!